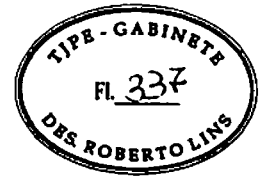




TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0316433-2 – Vara Criminal da Comarca de Moreno.

Apelante(s): José Tomas dos Santos Filho e outros
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor: Des. Fausto de Castro Campos
Procurador (a): Dr^a. Milta Maria Paes de Sá
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

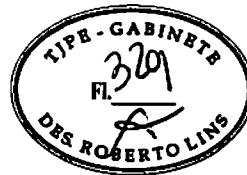
Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. ARTS. 33 E 35 DA LEI Nº 11.343/06. CONDENAÇÕES. PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÕES DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. PLEITOS SUBSIDIÁRIOS DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONDUTA DO ART. 28 DA LEI Nº 11.343/06. ALEGAÇÃO DE EXACERBAÇÃO DA REPRIMENDA FEITA PELO APELANTE JOSENILDO. NÃO PROVIMENTO DA APELAÇÃO DOS RECORRENTES JOSÉ TOMAS E ALBA LUCIA E PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO DE JOSENILDO FRANCISCO, NO SENTIDO DE REDUZIR A REPRIMENDA. 1. Estando suficientemente provada nos autos a materialidade do delito e a autoria dos apelantes em relação às condutas dos arts. 33 e 35 da lei nº 11.343/06, deve ser mantida a decisão da Magistrada de primeiro grau, não havendo motivos para a absolvição, tampouco para a desclassificação para a conduta do art. 28 da mesma lei. 2. Constatado que a Magistrada agiu de maneira exacerbada na fixação da reprimenda do apelante Josenildo, é de ser minorada a pena fixada na sentença. 3. Apelos de José Tomás dos Santos Filho e Alba Lúcia de Freitas não providos e provimento parcial do recurso de Josenildo Francisco da Silva, mantendo a condenação pelos crimes dos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, e reduzindo a reprimenda, que findou fixada em 10 (dez) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 1516 (mil quinhentos e dezesseis) dias-multa. Decisão unânime.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal nº 0316433-2 da Comarca de Moreno, em que são apelantes José Tomás dos Santos Filho, Alba Lúcia de Freitas e Josenildo Francisco da Silva e apelado o Ministério Público do Estado de Pernambuco. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão realizada no dia 16/06/2014, em negar provimento aos apelos de José Tomás dos Santos Filho e Alba Lúcia de Freitas, e dar parcial provimento ao recurso de Josenildo Francisco da Silva, mantendo a condenação pelos crimes dos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06 e reduzindo a reprimenda, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 16/06/2014

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



Apelação Criminal n.º 0316433-2 – Vara Criminal da Comarca de Moreno.

Apelante(s): José Tomas dos Santos Filho e outros
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor: Des. Fausto de Castro Campos
Procurador (a): Drª. Milta Maria Paes de Sá
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

A hipótese é de apelações criminais interpostas por José Tomas dos Santos Filho, Josenildo Francisco da Silva e Alba Lúcia de Freitas Bernadino, em face da sentença da Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Moreno, que os condenou, respectivamente, às penas de 09 (nove) anos de reclusão e 1.300 (um mil e trezentos) dias-multa, 14 (catorze) anos de reclusão e 1.866 (um mil, oitocentos e sessenta e seis) dias-multa, e 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 1.250 (um mil, duzentos e cinquenta) dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06.

Nas razões recursais de fls. 286/291, José Tomas pugna pela sua absolvição, alegando que não há provas nos autos de que ele tenha praticado as condutas dos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06.

Josenildo Francisco da Silva apresentou razões recursais às fls. 293/294, onde requer a sua absolvição, alegando ausência de provas suficientes para a condenação. Alega, ainda, que a pena foi fixada de maneira exacerbada, e que, caso houvesse condenação, esta deveria se dar em razão da prática do crime do art. 28 da Lei nº 11.343/06.

Nas razões de fls. 301/307, Alba Lúcia de Freitas Bernadino pugna pela sua absolvição em relação aos crimes de tráfico e associação para o tráfico, com a desclassificação para o crime do art. 28 da Lei nº 11.343/06.

O Ministério Público, nas contrarrazões de fls. 308/311, requer que seja mantida, *in totum*, a sentença de primeiro grau.

A Procuradoria de Justiça, no parecer de fls. 316/327, opinou pelo não provimento dos recursos.

É o relatório.
À revisão

Recife, 3 de Setembro de 2014

de 2014

Des. Roberto Ferreira Lins - Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0316433-2 – Vara Criminal da Comarca de Moreno.

Apelante(s): José Tomas dos Santos Filho e outros
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor: Des. Fausto de Castro Campos
Procurador (a): Drª. Milta Maria Paes de Sá
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO

Cuida-se de apelações criminais interpostas por José Tomas dos Santos Filho, Josenildo Francisco da Silva e Alba Lúcia de Freitas Bernadino, em face da sentença da Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Moreno, que os condenou, respectivamente, às penas de 09 (nove) anos de reclusão e 1.300 (um mil e trezentos) dias-multa, 14 (catorze) anos de reclusão e 1.866 (um mil, oitocentos e sessenta e seis) dias-multa, e 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 1.250 (um mil, duzentos e cinquenta) dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06.

No que diz respeito às alegações de inocência, adianto que os recursos não merecem provimento.

A materialidade delitiva é comprovada pelo auto de apresentação e apreensão de fl. 39 e laudo pericial de fl. 92.

No que diz respeito à autoria, existem nos autos provas suficientes para apontar os apelantes como autores dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06. Vejamos:

Pelo que consta dos autos, Policiais Civis da Delegacia de Polícia de Moreno receberam informações acerca da prática de tráfico de drogas na cidade, denúncia feita pelo menor José Tiago Lima de Lira, que, conforme consta do depoimento de fls. 64/65, apontou aos policiais o local onde era realizado o tráfico e as pessoas envolvidas, o que ocasionou na prisão dos apelantes.

Ressalto que, quando ouvido na Delegacia de Polícia (fls. 13/15), o recorrente José Tomas acabou por confessar a prática delitiva e esclarecer como funcionava o esquema de distribuição de drogas envolvendo ele e os apelantes Josenildo e Alba, além do elemento conhecido como "Pico", que conseguiu evadir-se do local onde ocorreram as prisões dos demais. Na ocasião, detalhou que a sua função era pegar a droga com Josenildo na estação de Cavaleiro, em Jaboatão dos Guararapes, e entregar a "Pico", sendo que, no dia da prisão, a droga seria entregue diretamente por Josenildo e por Alba.

Ouidos na Delegacia de Polícia (fls. 16/19), os recorrentes Josenildo e Alba negaram as práticas delitivas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0316433-2 – Vara Criminal da Comarca de Moreno.

O Policial Civil Gustavo Morais de Melo, condutor dos elementos presos na operação policial, ouvido às fls. 07/09, confirmou as declarações do menor José Tiago e do apelante José Tomas.

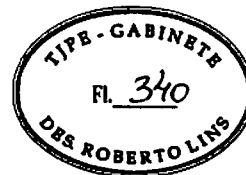
A testemunha Jorge Henrique Cavalcante de Melo, ouvida na Delegacia de Polícia (fls. 66/67), confirmou a narrativa apresentada pelo recorrente José Tomas e certificou a existência do esquema de distribuição e venda de drogas envolvendo os apelantes José Tomas, conhecido como "Fão", Josenildo, conhecido como "Dunga" e Alba Lúcia, que foi apontada como a pessoa que estava portando a pedra de crack apreendida na ocasião da abordagem policial.

É de se destacar que, conforme ficou esclarecido na sentença, o apelante Josenildo Francisco da Silva apresentou na DEPOL os documentos de Givanildo Francisco da Silva, seu irmão, o que foi devidamente corrigido nos autos.

Ouvido em Juízo (mídia de fl. 253), o apelante José Tomas procurou atribuir a prática de tráfico de drogas apenas ao elemento conhecido como "Pico", negando participar do esquema de venda e distribuição e afirmando que não sabia da participação dos outros dois apelantes. Findou, contudo, por confessar que já fez transporte de droga para "Pico". Alegou que não conhecia o apelante Givanildo, contudo, quando questionado sobre a existência de uma foto em que ambos aparecem juntos, achada no aparelho de telefonia celular de Givanildo e de uma ligação que este último fez ao seu aparelho celular, não apresentou explicação convincente acerca dos indícios de que ambos já tinham mantido contato.

É de se destacar que foi dentro da casa alugada pelo apelante José Tomas ("Fão"), e na parte externa da residência, que foram encontradas as pessoas levadas à Delegacia e a droga apreendida. Ressalte-se, ainda, que foi a casa do recorrente que o menor José Tiago (fls. 64/65) apontou como local de tráfico de drogas.

O apelante Josenildo, quando ouvido em Juízo (mídia de fl. 253), permaneceu negando a prática criminosa. Alegou que, no dia da prisão, ia caminhando sozinho quando encontrou-se no meio do caminho com Alba, que estava acompanhada de uma pessoa de apelido "Léo". Alega que quando foi abordado e levado à Delegacia pela Polícia estava sozinho, sendo que Alba assistiu a abordagem. Afirmou que estava na cidade de Moreno para se divertir e que havia chegado no domingo juntamente com Alba, tendo a prisão ocorrido na segunda-feira. Quando questionado sobre o seu relacionamento com o apelante José Tomas, afirmou que o conhecia há pouco tempo, esclarecendo que se conheceram em um "brega", mas não tinham muito contato. Contudo, quando questionado sobre a foto encontrada no seu celular, em que ambos aparecem juntos, e sobre uma ligação que ele teria feito para o telefone de



Apelação Criminal n.º 0316433-2 – Vara Criminal da Comarca de Moreno.

Tomas, o apelante não soube explicar a origem da foto e da chamada telefônica.

Por fim, a apelante Alba Lúcia confessou que levou a pedra de crack até a casa de "Fão" (Jose Tomas), onde ocorreram as prisões e a apreensão da droga. Alegou, contudo, que a droga se destinava ao consumo de todos que estavam na casa e iriam juntos para um banho de bica ou cachoeira. Afirmou que seguia para a casa de "Fão" juntamente com o apelante Josenildo quando foi abordada por um elemento que lhe pediu para levar a droga até a casa de "Fão", para todos consumirem na cachoeira, tendo ela concordado em levar. Ressaltou que "Dunga" (o apelante Josenildo) sabia que ela estava transportando a droga. Afirmou que acompanhava "Dunga" no momento da abordagem policial e ressaltou que chegou com ele no sábado à cidade de Moreno.

Percebem-se contradições nos depoimentos dos apelante Josenildo e Alba, tanto em relação ao dia em que chegaram à cidade (Alba diz que foi no sábado, já Josenildo afirma que chegaram no domingo), quanto ao momento relativo à prisão de Josenildo (Josenildo afirma que Alba vinha com "Léo" e se encontraram no meio do caminho, estando ele sozinho no momento da abordagem policial, enquanto Alba afirma que seguia com Josenildo, quando foi abordada por um terceiro que lhe entregou a droga, e, no momento da prisão de Josenildo, ela estava junto dele).

Quanto à alegação apresentada por Alba, no sentido de que a droga seria destinada ao consumo de todos que iriam à bica/cachoeira, ressalto que a informação não procede. É fato que as testemunhas e acusados foram unânimes em afirmar que iriam juntos a uma bica, contudo, em nenhum momento se ventilou que lá consumiriam a droga apreendida ou qualquer outro tipo de droga ilícita. Ressalte-se que somente a apelante Alba, quando ouvida em Juízo, alegou que era usuária de crack.

As testemunhas Eloise Silva de Lima e Claudiane Batista da Silva, em depoimentos prestados em Juízo (mídia de fl. 220), afirmaram que a droga apreendida estava em poder de Alba e seria entregue a "Pico".

A testemunha Jorge Henrique Cavalcante de Lima, também em depoimento gravado na mídia de fl. 220 afirmou que Alba levou a droga para entregar a "Pico" e que o apelante José Tomas ("Fão") fazia transporte de droga para "Pico".

Ressalto, finalmente, que a testemunha Gustavo Moraes de Melo, Policial Civil, na audiência gravada na mídia de fl. 253 confirmou as suas declarações prestadas na fase inquisitorial, no sentido de que os apelantes participavam de um esquema de venda e distribuição de drogas na cidade de Moreno.



Apelação Criminal n.º 0316433-2 – Vara Criminal da Comarca de Moreno.

Devem ser mantidas, por conseguinte, as condenações pela prática dos crimes dos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, e afastados, por conseguinte, os pedidos de desclassificação para a conduta do art. 28 da Lei nº 11.343/06.

Passo a analisar a alegação do apelante Josenildo, no sentido de que a sua reprimenda foi aplicada de maneira exacerbada:

Ressalto, inicialmente, que para os demais apelantes, foram fixadas as seguintes penas:

José Tomas dos Santos Filho:

06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa, pela prática do crime do art. 33, da Lei nº 11.343/06 (o mínimo legal para o tipo é de 05 anos de reclusão e 500 dias-multa), e o mínimo legal de 03 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, pela prática do crime do art. 35 da mesma lei.

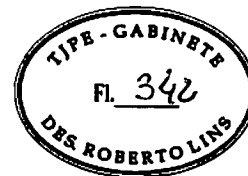
Alba Lúcia de Freitas:

06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa, pela prática do crime do art. 33, da Lei nº 11.343/06, reduzidos em 01 (um) ano e 50 (cinquenta) dias-multa, em razão da atenuante da confissão, totalizando 05 (cinco) anos de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa (o mínimo legal para o tipo é de 05 anos de reclusão e 500 dias-multa), e o mínimo legal de 03 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, pela prática do crime do art. 35 da mesma lei.

Entendo que as penas dos citados apelantes foram aplicadas num *quantum* razoável, devendo-se levar em consideração para a fixação da pena pelo crime de tráfico um pouco acima do mínimo legal, a natureza da substância apreendida (crack).

Da análise das fls. 276/277, percebe-se que a Magistrada, em relação ao apelante Josenildo, fixou a pena pelo crime de tráfico (art. 33 da Lei nº 11.343/06) em 08 (oito) anos de reclusão e 800 (oitocentos) dias-multa, que, com o aumento de 1/6 (um sexto) em razão da agravante da reincidência, ficou fixada em 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 933 (novecentos e trinta e três) dias-multa. Já em relação ao crime do art. 35 da Lei nº 11.343/06, foi fixada a pena de 04 (quatro) anos de reclusão e 800 (oitocentos) dias-multa, que, com o aumento de 1/6 (um sexto) em razão da agravante da reincidência, ficou fixada em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 933 (novecentos e trinta e três) dias-multa.

Entendo, contudo, que a situação do apelante Josenildo, com exceção da agravante da reincidência, é a mesma dos outros dois recorrentes.



Apelação Criminal n.º 0316433-2 – Vara Criminal da Comarca de Moreno.

Inferi que a Magistrada *a qua* fixou pena superior ao apelante Josenildo em razão da existência de um processo em curso, o que contraria a súmula de nº 444 do STJ, que veda a utilização de processos em curso para majorar a pena-base, e, também, considerou que o recorrente era o líder do grupo criminoso destinado ao tráfico de entorpecentes, condição que não ficou devidamente esclarecida nos autos.

Entendo por bem, portanto, aplicar ao apelante Josenildo reprimendas semelhantes às dos demais recorrentes, atendidas as devidas particularidades.

Ante o exposto, fixo a pena para o crime do art. 33 da Lei nº 11.343/06 em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa, que majoro em 1/6 (um sexto) em razão da agravante da reincidência, devidamente reconhecida na sentença, ficando a reprimenda fixada em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. No que diz respeito ao crime do art. 35 da mesma lei, fixo a pena em 03 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, que, após aplicada a majorante de 1/6 (um sexto) pela reincidência, fica fixada em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 816 (oitocentos e dezesseis) dias-multa.

Somando-se as penas aplicadas ao apelante em relação aos dois delitos citados, fica definida a pena em 10 (dez) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 1516 (mil quinhentos e dezesseis) dias-multa, a ser cumprida a pena privativa de liberdade em regime inicialmente fechado. Mantenho o valor do dia multa fixado na sentença no valor de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento aos apelos de José Tomás dos Santos Filho e Alba Lúcia de Freitas, e dar parcial provimento ao recurso de Josenildo Francisco da Silva, mantendo a condenação pelos crimes dos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, e reduzindo a reprimenda, que findou fixada em 10 (dez) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 1516 (mil quinhentos e dezesseis) dias-multa.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos**



Apelação Criminal Nº: 0001721-56.2011.8.17.0970 (0316433-2)
Comarca: Moreno
Juízo: Vara Única
Apelante: José Tomaz dos Santos Filho e Outros
Advogado: Diego Rodrigo Viana de Lira
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor: Des. Fausto Campos

VOTO DE REVISÃO

Os apelantes José Tomas dos Santos Filho, Josenildo Francisco da Silva e Alba Lúcia de Freitas Bernardino denunciados e condenados como autores dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/06, insurge-se contra a sentença condenatória.

O primeiro apelante pleiteia a absolvição, tendo em vista que não teve nenhuma participação nos crimes. O segundo apelante requer a absolvição alegando a insuficiência de provas, e, caso não seja acolhido, o enquadramento em consumo próprio ante a quantidade de droga apreendida. A terceira apelante pugna pela absolvição em face da ausência de provas da materialidade e, caso não aceite, a desclassificação para o at. 28 da Lei 11.343/06.

Em síntese, narra os autos que no dia 10/10/2011, após denúncia anônima, relatando que estava para chegar ao local uma determinada quantidade de droga conhecida como "crack", os policiais na proximidade do local se depararam com as pessoas dos denunciados Givanildo e Alba, estando o primeiro sem documentos e por isso levado para a Delegacia. Como não havia policial mulher na equipe, a denunciada Alba não foi revistada e seguiu seu caminho.

Depois de deixarem Givanildo na Delegacia, os policiais retornaram para o local informado na denúncia do Campo do Gancho, no bairro do Tamboatã, mas devido ao número reduzido de policiais, dois dos elementos que se encontravam na casa conseguiram fugir. Na parte externa da casa se encontrava a denunciada.

Depois de imobilizarem as pessoas que se encontravam no imóvel, foi feita uma revista na casa, sendo encontrada uma "pedra de crack" de aproximadamente 31g (trinta e um gramas), no quintal, na parte traseira da casa.

A materialidade do crime ficou comprovada através do Laudo de Apresentação e Apreensão de fl. 39 e Laudo Pericial de fl. 92.

Quanto à autoria dos crimes do art. 33 e 35 da Lei 11.343/06, o acusado José Tomás em sede policial confessou os crimes narrando toda a ação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos

delitiva com os acusados Josenildo e Alba, conforme se depreende nas fls. 13/15 dos autos, corroborando com as declarações do menor José Tiago, às fls. 48/49, o qual apontou os réus como traficantes e acompanhou a polícia até o local onde se realizava o tráfico, momento em que a polícia realizou as prisões em flagrante. Além dos depoimentos em juízo de Eloise Silva e Claudiane Batista ao afirmar que a droga apreendida estava em poder de Alba, consoante mídia anexada nos autos de fl. 220.

Portanto, apesar dos apelantes negarem em juízo ou admitir para uso próprio, como afirmou a acusada Alba, ficaram evidentes as suas autorias, através do depoimento acima transcrito e dos testemunhos de acusação colhidos, os quais guardam consonância com as demais provas colacionadas para os autos, formando um acervo consistente, além da circunstância da prisão.

Com relação às dosimetrias das penas dos apelados José dos Santos e Alba Lúcia, considero-as corretas e bem aplicadas, eis que fixadas em quantidades necessárias e suficiente para reprovação e prevenção do delito, sem excessos ou abrandamentos, mas de forma justa, adequada e idônea, em qualidade e quantidade suficientes para reprimir a prática da infração e promover a tutela da sociedade.

Assim, a análises desfavoráveis das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, justificam a exasperações das penas-base acima do mínimo legal e deu-se de forma proporcional e razoável

Quanto à aplicação da pena do apelante Josenildo, a juíza sentenciante considerou desfavorável a personalidade do agente por ser voltada à prática do crime, haja vista responder ao processo n.º 2027-25.2011 em curso na própria comarca. Desse modo, como já sedimentando pelos Tribunais Superiores, considerar negativo esta análise contraria a Súmula n.º 444 do Superior Tribunal de Justiça que veda a utilização de processos em curso para majorar a pena-base.

No entanto, desconsiderando essa circunstância e mantendo as demais, aplico à pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Majoro em 1/6 (um sexto) ante a agravante da reincidência citado nos autos, ficando-a em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa.

Aplica-se essas mesmas considerações ao crime de associação ao tráfico, art. 35, da Lei 11.343/06, fixando-a em 03 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Majoro em 1/6 (um sexto) pela agravante da reincidência, tornando-a definitiva em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 816 (oitocentos e dezesseis) dias-multa, no valor de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Somando as penas pelo fato do concurso material, estas ficam definidas no total de 10 (dez) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 1516 (mil quinhentos e dezesseis) dias-multa, com cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos



Diante do exposto, voto pelo improvimento dos apelos de José Tomás e Alba Lúcia, e dou provimento parcial ao apelo de Josenildo Francisco apenas para diminuir a pena, conforme acima definido, mantendo a sentença nos demais termos.

Recife, 10 de Novembro de 2014

DES. FAUSTO CAMPOS

Revisor